



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

## **Anexo I**

### **Termo de Referência (TR)**

#### **1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de **01 conjunto desencarcerador elétrico composto de três ferramentas (01 ferramenta tesoura a bateria - 01 ferramenta expansora a bateria - 01 ferramenta cilindro expansor a bateria) destinado ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em Botuverá/SC**. As especificações técnicas do equipamento devem atender às condições descritas neste documento, permitindo que diversas marcas participem da licitação.

#### **2. CARACTERÍSTICAS**

**2.1. Bens de Luxo:** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, respeitando a Vedação do Art. 20 da lei federal nº 14.133/2021. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum.

**2.2. Justificativa:** A presente aquisição justifica-se pelo fato do quartel de Botuverá/SC, não dispor desse equipamento de sua propriedade. Ademais, visa garantir maior celeridade e efetividade nos atendimentos de urgência e emergência envolvendo acidente de trânsito com vítimas encarceradas, uma vez que o equipamento elétrico pode ser usado instantaneamente, dispensando o uso de motobomba e mangueiras, como ocorre no desencarcerador a combustão. Outrossim, o desencarcerador elétrico possibilita que seja transportado em grandes distâncias, à medida que não está limitado ao cumprimento de mangueiras é um equipamento muito mais leve do que o desencarcerador a combustão. Ainda, considerando-se que a cidade de Botuverá/SC apresente terrenos acidentados com aclives e declives acentuados, o desencarcerador a bateria não exige para o seu uso terreno plano, sendo, portanto, uma ferramenta mais versátil.

**2.3. Benefícios Esperados:** Que o quartel de Botuverá obtenha um equipamento desencarcerador de sua propriedade, sem depender de empréstimo de outros quartéis, assim como propicie maior celeridade e efetividade nos atendimentos de urgência e emergência envolvendo acidente de trânsito com vítimas encarceradas, contribuindo para a incolumidade da comunidade.

**2.4. Fundamentação:** Fundamenta-se a contratação e de seus quantitativos em tópico específico dos estudos técnicos preliminares, apêndice deste termo de referência. A Contratação será realizada por meio do sistema de pregão eletrônico com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global, com fornecimento integral, conforme especificações e quantidades discriminadas neste termo de referência

#### **3. QUANTIDADE E PREÇOS**

Item	Quantidade	Objeto	Valor
1	1	Conjunto desencarcerador elétrico composto de três ferramentas (01 ferramenta tesoura a bateria - 01 ferramenta expansora a bateria - 01 ferramenta cilindro expansor a bateria)	Sigiloso



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

#### **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Aquisição de 01 conjunto desencarcerador elétrico composto de três ferramentas (01 ferramenta tesoura a bateria - 01 ferramenta expansora a bateria - 01 ferramenta cilindro expensor a bateria), sendo que as ferramentas deverão cumprir as seguintes exigências mínimas:

##### **4.1. Ferramenta tesoura a bateria**

- A finalidade da ferramenta é executar cortes em colunas veiculares e metais resistentes;
- Peso máximo sem bateria 19 kg, podendo variar em 10% para mais ou para menos;
- Dimensões mínimas: 847 x 227 x 261 mm
- Abertura mínima da lâmina: 142 mm
- Classe mínima de corte A7, B8, C6, D7, E7, F4
- Classe mínima de proteção: IP54
- Certificação mínima NFPA/EN
- As lâminas devem ser forjadas em peça única, para oferecer maior resistência mecânica;
- Iluminação LED integrada para operações noturnas, sem necessidade de uso de pilhas ou baterias auxiliares;
- O fluido hidráulico deve ser incorporado ao equipamento sem necessidade de manutenção para o operador.
- Deve ser fornecida com no mínimo 03 baterias 5,0 Ah e 01 carregador com indicador eletrônico de carga de bateria, com voltagem de 220V ou bivolt 110/220v, com capacidade de recarga da bateria em 100% em 2,5 horas.
- A vida útil da bateria não deve ser inferior a 500 ciclos de recarga;
- A ferramenta deve possibilitar seu manuseio por destros e canhotos;
- O corpo (cilindro hidráulico) é confeccionado em alumínio de alta resistência;
- Cada equipamento deverá ser entregue com manual de funcionamento e manutenção em português.
- Garantia do equipamento de no mínimo 18 meses, incluindo todos os custos de retirada e devolução do equipamento na OBM de Botuverá, sem ensejar qualquer ônus ao contratante, a contar da data da entrega técnica.
- O fornecedor deverá realizar a entrega técnica na OBM de Botuverá, com no mínimo 8 horas de instrução sobre o funcionamento do equipamento e manutenção de primeiro escalão.



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

#### **4.2. Ferramenta expansora a bateria**

- A finalidade da ferramenta é executar ação de tração, alargamento e esmagamento em veículos e metais resistentes;
- Dimensões mínimas 915 x 345 x 284 mm
- Força de abertura mínima 40 – 734 kN
- Distância mínima de Abertura **610 mm**
- Força de tração até 32 kN
- Peso sem Bateria máximo de 23 Kg, podendo variar em 10% para mais ou para menos;
- Classe mínima de proteção: IP54
- Certificação mínima NFPA/EN;
- As ponteiros devem ser forjadas em peça única, para oferecer maior resistência mecânica;
- Iluminação LED integrada para operações noturnas, sem necessidade de uso de pilhas ou baterias auxiliares;
- O fluido hidráulico deve ser incorporado ao equipamento sem necessidade de manutenção para o operador.
- Dimensões mínimas: 915 x 345 x 284 mm
- Deve ser fornecida com no mínimo 03 baterias 5,0 Ah e 01 carregador com indicador eletrônico de carga de bateria, com voltagem de 220V ou bivolt 110/220v, com capacidade de recarga da bateria em 100% em 2,5 horas.
- A vida útil da bateria não deve ser inferior a 500 ciclos de recarga;
- A ferramenta deve possibilitar seu manuseio por destros e canhotos;
- O corpo (cilindro hidráulico) é confeccionado em alumínio de alta resistência;
- Cada equipamento deverá ser entregue com manual de funcionamento e manutenção em português.
- Garantia do equipamento de no mínimo 18 meses, incluindo todos os custos de retirada e devolução do equipamento na OBM de Botuverá, sem ensejar qualquer ônus ao contratante, a contar da data da entrega técnica.
- O fornecedor deverá realizar a entrega técnica na OBM de Botuverá, com no mínimo 8 horas de instrução sobre o funcionamento do equipamento e manutenção de primeiro escalão.

#### **4.3. Ferramenta cilindro expensor a bateria**

- Cilindro expensor telescópico com dois estágios a bateria, essa ferramenta tem como finalidade a expansão e elevação;
- Abertura Mínima de 1347 mm total nos dois estágios;
- comprimento mínimo recolhido de **587 mm;**
- Com uma garra em cada extremidade, sendo que ambas as garras giram 360°



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

- Peso sem Bateria máximo de 21 Kg, podendo variar em 10% para mais ou para menos;
- Força de elevação 1º pistão: mínimo de **108 KN;**
- Força de elevação 2º pistão: mínimo de 60 KN;
- Classe mínima de proteção: IP54;
- Certificação mínima NFPA/EN;
- Iluminação LED integrada para operações noturnas, sem necessidade de uso de pilhas ou baterias auxiliares;
- Dimensões mínimas 597 x 135 x 313 mm;
- bateria, com voltagem de 220V ou bivolt 110/220v, com capacidade de recarga da bateria em 100% em 2,5 horas.
- A vida útil da bateria não deve ser inferior a 500 ciclos de recarga;
- A ferramenta deve possibilitar seu manuseio por destros e canhotos;
- O corpo (cilindro hidráulico) é confeccionado em alumínio de alta resistência;
- Cada equipamento deverá ser entregue com manual de funcionamento e manutenção em português.
- Garantia do equipamento de no mínimo 18 meses, incluindo todos os custos de retirada e devolução do equipamento na OBM de Botuverá, sem ensejar qualquer ônus ao contratante, a contar da data da entrega técnica.
- O fornecedor deverá realizar a entrega técnica na OBM de Botuverá, com no mínimo 8 horas de instrução sobre o funcionamento do equipamento e manutenção de primeiro escalão

Observação:

**A contratada deverá comprovar que todos os equipamentos atendem à classe mínima de proteção: IP54 e à Certificação mínima NFPA/EN**



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

## **5. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**

### **5.1 Garantia:**

- **Período:** Os equipamentos devem possuir garantia mínima de 12 meses, a partir da entrega.
- **Cobertura:** A garantia deve cobrir:
  - Peças de reposição: A garantia inclui todas as peças, componentes, e quaisquer acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento.
  - Mão de obra especializada: Serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o período de garantia sem custo adicional.
  - Deslocamento técnico: Todas as despesas de transporte e hospedagem para a realização da assistência técnica estão incluídas.

**5.2 Suporte Técnico Especializado:** A fim de garantir a máxima tranquilidade durante a operação dos equipamentos, o fornecedor deverá assegurar a disponibilidade de suporte técnico especializado e contínuo, baseado nas melhores práticas adotadas no Brasil:

- **Classificação dos tipos de atendimentos:**
  - **Urgência:** Os serviços de urgência são os serviços corretivos onde o equipamento encontra-se parado, fora de funcionamento. • Prazo para atendimento: em até 48 Horas.
  - **Normal:** Os serviços considerados com o nível de prioridade normal são os serviços corretivos que podem se tornar de urgência, sendo que o equipamento está em funcionamento, não oferecendo risco ao paciente, porém pode parar a qualquer momento. • Prazo para atendimento: em até 72
  - **Manutenção Preventiva/Programada:** São classificados como programados todos os serviços que se referem ao plano de manutenção preventiva. • Prazo para atendimento: Conforme cronograma estabelecido no início da prestação de serviços. • Horário de atendimento: Segunda a Sexta-Feira das 08:00 às 17:00.
  - **Horário de atendimento:** Segunda a Sexta-Feira das 08:00 às 17:00.
- **Disponibilidade 24/7:** O fornecedor deve disponibilizar canais de atendimento (telefone, e-mail e plataforma online) com suporte técnico em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo que eventuais falhas possam ser solucionadas rapidamente.
- **Tempo de Resposta Rápido:** O tempo máximo de resposta para atendimento técnico deve ser de 4 horas úteis após a abertura do chamado. O tempo máximo para envio de um técnico ao local será de 48 horas úteis após o chamado, caso não seja possível a resolução remota.
- **Garantia de Peças de Reposição:** As peças de reposição devem estar disponíveis no mercado por, no mínimo, 5 anos após a data de aquisição dos equipamentos, e o fornecedor deve assegurar a entrega das peças em até 72 horas em casos emergenciais.
- **Contratos de Manutenção Pós-Garantia:** Após o término da garantia, o fornecedor deve oferecer contratos de manutenção preventiva e corretiva, com opções de pagamento flexíveis e pacotes de atendimento continuado, com visitas periódicas para manutenção preventiva.



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

- Treinamento de Equipe Técnica Local: O fornecedor deve disponibilizar treinamento técnico avançado para os profissionais da instituição, capacitando-os a realizar pequenas manutenções preventivas e a resolver falhas comuns, com a emissão de certificados de capacitação.

### **5.3 Manutenção Preventiva e Corretiva:**

- Manutenção Preventiva: O fornecedor deverá realizar no mínimo 2 manutenções preventivas anuais, garantindo o bom funcionamento e longevidade dos equipamentos, conforme orientações do fabricante.
- Manutenção Corretiva: A manutenção corretiva deve ser feita sem custo adicional durante o período de garantia, com técnicos especializados e peças originais do fabricante.

## **6. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO**

**6.1 Instalação**: A instalação dos equipamentos é um ponto crítico para o seu pleno funcionamento e deve seguir as melhores práticas de mercado:

- Equipe Técnica Especializada: A instalação dos equipamentos deve ser feita por técnicos certificados pelo fabricante, garantindo que a montagem e os ajustes sigam rigorosamente os padrões técnicos do equipamento.
- Check-list de Instalação: A instalação deve incluir um check-list técnico, verificando itens como conectividade elétrica, operação com soluções de dialisato, funcionamento dos sensores e parâmetros de monitoramento. Este check-list deve ser assinado pelo técnico responsável e pela equipe técnica local, confirmando que todos os parâmetros foram validados.
- Testes Operacionais: Após a instalação, o fornecedor deve realizar testes operacionais completos, demonstrando o correto funcionamento de todos os sistemas e a configuração dos parâmetros iniciais.

**6.2 Treinamento Operacional**: O treinamento é um componente essencial para a operação segura e eficiente dos equipamentos e deve incluir:

- Manuais Técnicos Detalhados: O fornecedor deve fornecer manuais de operação detalhados em português, incluindo diagramas explicativos, protocolos de uso seguro, manutenção preventiva, troubleshooting (solução de problemas) e procedimentos de segurança. O manual deve estar disponível tanto em formato físico quanto digital.
- Treinamento Presencial e Certificado: O treinamento deve ser realizado por instrutores certificados pelo fabricante, e cobrir os seguintes pontos:
  - Treinamento prático e teórico sobre o funcionamento do equipamento, para todos os operadores.
  - Sessões de simulação de falhas e resolução de problemas, capacitando os operadores a lidar com situações emergenciais.
  - Entrega de certificados de conclusão para todos os participantes, confirmando sua aptidão para operar o equipamento.



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

- **Módulo de Atualização de Treinamento:** Deve haver previsão de um módulo de atualização anual de treinamento, para manter a equipe operadora sempre atualizada sobre melhorias, novas funcionalidades e melhores práticas de operação.

**6.3 Material de Treinamento:** O fornecedor deve disponibilizar, além dos manuais, **vídeos tutoriais, cartilhas explicativas** e outros materiais multimídia que possam ser consultados pela equipe operadora, reforçando o aprendizado prático.

**6.4 Suporte Pós-Treinamento:** O fornecedor deve manter um canal aberto de comunicação para suporte técnico adicional após a conclusão do treinamento, disponibilizando orientação em tempo real para os operadores por **telefone, e-mail ou vídeo-chamada**, caso ocorra qualquer dificuldade operacional no uso dos equipamentos.

## **7. AUDITORIA DE QUALIDADE**

O fornecedor deve realizar, no mínimo, uma **auditoria de qualidade anual** para verificar o funcionamento e uso adequado dos equipamentos, fornecendo um relatório técnico completo com sugestões de melhorias e ajustes.

## **8. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- **Prazo de Entrega:** O prazo de entrega dos equipamentos deve ser de, no máximo, 25 (vinte e cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato, e em caso de possível atraso, a licitante vencedora poderá solicitar a dilação de prazo para o fornecimento do equipamento, mediante justificativa fundamentada e comprovada, cujo deferimento será analisado pela ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE BRUSQUE (ACBCB).
- **Local de Entrega:** na sede do Corpo de Bombeiros Militar de Botuverá, situado na R. João Moreli, 6, Botuverá - SC, 88370-000, no horário compreendido das 08 horas até às 18 horas, em dias úteis.
- **Validade da Proposta:** A proposta deve ter validade mínima de 60 dias.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado em até 30 dias após a entrega e instalação dos equipamentos, mediante apresentação de nota fiscal e certificado de conclusão da instalação.

9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- A) o prazo de validade;
- B) a data da emissão;
- C) os dados do contrato e do órgão contratante;
- D) o período respectivo de execução do contrato;
- E) o valor a pagar; e
- F) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

9.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante apresentação mencionada no art. 68 da lei nº 14.133/2021.

- 9.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetua - do, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.4.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.5. Junto a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser encaminhado as seguintes certidões:

- A) certidão negativa de débito trabalhista
- B) certidão negativa de débito municipal
- C) certidão negativa de débito estadual
- D) certidão negativa de débito federal
- E) certificado de regularidade do fgts

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 10.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 10.4.2. Nomeação de Fiscais ou Gestores: 3º Sargento Scheila Daiana Streit Fuck





**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

- 10.4.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração.
- 10.4.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.4.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.4.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 10.4.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.5. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 10.5.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

- 10.6.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 10.6.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **11. RECEBIMENTO DO OBJETO**

11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

11.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC**  
**Fundada em 11 de abril de 2000**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.738 de 19/11/2003**  
**Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2429 de 06/06/2000**  
**CNPJ nº 03.779.315/0001-77**

11.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

11.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.